

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE
Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN – Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Encontram-se aqui observadas aqueles listados no Capítulo 4 – Anexos – do COSIF. Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021, data de encerramento do exercício, e comparadas em conformidade com a Circular Bacen 3959, de 04/09/2019.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras estão definidas a seguir:

a) Disponibilidades

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

b) Operações de Crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de “A” até “H”. Aquelas classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

c) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

d) Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas e Pronunciamentos Contábeis - CPC 25.

No encerramento do exercício findo em 31.12.2021 constituímos provisão para passivos contingentes, no valor de R\$ 184 mil (vide nota 8), face reclamação trabalhista impetrada, através do processo nº ATOOrd-0000149-02.2016.5.06.0015.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Apuração do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

3. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro nacional na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	Dez/2021	Dez/2020
Curto Prazo (para negociação)		21.091	13.747
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	21.091	9.441
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2023	-	4.306
Longo Prazo (para negociação)		4.488	
Longo Prazo (mantido até o vencimento)		4.488	
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2023	4.488	-
TOTAL		25.579	13.747

4. Relações Interfinanceiras

Valor correspondente ao recolhimento ao Banco Central do Brasil em espécie, no valor de R\$ 19.400 (mil) para atendimento ao disposto no artigo 27 da Lei no. 4595/64, referente à integralização do capital Social da Agência – vide notas 8 e 9.2.

5. Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

5.1. Composição por Atividade Econômica

A Vencer

Setor Privado	31.12.2021				31.12.2020			
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
St Priv Rural	111	306	194	611	-	-	-	-
Outros Serviços	1.698	1.529	15.238	18.465	156	2.633	19.787	22.576
Indústria	334	264	2.977	3.575	80	-	3.482	3.562
Comércio	3.008	6.621	4.086	13.715	2.202	5.986	5.004	13.192
Pessoa Física	56	84	11	151	53	142	18	213
Subtotal	5.208	8.804	22.506	36.518	2.491	8.761	28.291	39.543

Vencido

Setor Privado	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
Serviço	1.088	338	307	1.733	185	46	3	234
St Pub fed com	55	14	12	81	-	-	-	-
St Priv Rural	32	8	7	47	-	-	-	-
Indústria	95	26	33	154	29	-	86	115
Comércio	2.672	1.396	2.754	6.822	1.160	657	227	2.044
Pessoa Física	6	14	20	39	3	12	11	26
Subtotal	3.948	1.796	3.133	8.877	1.377	715	327	2.419

5.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Nível de risco	31.12.2021				% Resolução BACEN	Provisão	31.12.2020
	Até 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total			Provisão
A	5.134	8.626	14.903	28.663	0,50%	144	123
B	53	48	5.212	5.313	1,00%	53	138
C	4	6	2.297	2.307	3,00%	69	36
D	4	24	34	62	10,00%	6	-
E	3	23	-	26	30,00%	8	1
F	6	34	35	75	50,00%	37	-
G	-	8	-	8	70,00%	6	-
H	4	35	25	64	100,00%	64	22
Total	5.208	8.804	22.506	36.518		387	320

Nível de risco	31.12.2021				% Resolução BACEN	Provisão	31.12.2020
	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total			Provisão
A	535	-	-	535	0,50%	3	3
B	2.424	-	-	2.424	1,00%	24	4
C	880	-	-	880	3,00%	26	10
D	11	285	-	296	10,00%	30	19
E	13	523	-	536	30,00%	161	89
F	20	367	-	387	50,00%	194	126
G	27	578	1.257	1.862	70,00%	1.303	50
H	38	43	1.876	1.957	100,00%	1.957	249
Total	3.948	1.796	3.133	8.877		3.698	550

5.3. Movimentação da provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa nos exercícios:

	2021	2020
Saldo no Início do exercício	870	1.113
Adições	4.428	694
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	(71)	(440)
Reversões	(-)	(34)
Baixa	(1.142)	(463)
Saldo no Final do semestre	4.085	870

6. Imobilizado de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
PERMANETE	481	901	(1)	1.381
<u>Imobilizado de Uso</u>	59	227	(1)	284
Móveis e Equipamentos de Uso	654	309	(1)	962
Mobiliário	285	1	-	285
Equipamento de Processamento	318	303	(1)	620
Outros Equipamentos	52	4	-	56
(Depreciação)	(595)	(82)	-	(678)
(-) Depreciação Móveis e Equip. de Uso	(595)	(82)	-	(678)
(-) Mobiliários	(240)	(28)	-	(268)
(-) Equipamento de Proc. de Dados	(314)	(49)	-	(364)
(-) Outros Equipamentos	(40)	(5)	-	(46)
<u>Intangível</u>	422	674	-	1.097
Ativos Intangíveis	1.456	3.233	(3.110)	1.579
Sistema de Processamento Aquisição	9	-	(3)	6
Licenças Contratuais	1.447	3.233	(3.107)	1.573
(-) Amortização Acumuladas	(1.034)	(2.559)	3.110	(483)
(-) Sistema Proc. Dados/Aquisição	(6)	(2)	3	(5)
(-) Amortização de Licenças Contratuais	(1.028)	(2.557)	3.107	(478)

Os ativos Imobilizado e Intangíveis se encontram dentro da composição do plano de contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), estatuídos, respectivamente, pelas Cartas Circulares no. 3941 e 3940, de 22 de março de 2019; – BACEN. Neste 2º. Semestre de 2021, pelo encerramento contratual com a empresas de Software, procedemos baixa do registro de contrato de licenças totalmente amortizado ao longo do período de vigência.

7. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se aos repasses do FINEP e BNB-FNE, correspondentes a financiamentos de longo prazo, superiores a 5 anos para liquidação e já estão sendo amortizados mensalmente, e o FUNGETUR correspondente a financiamento de longo prazo, conforme segundo termo aditivo ao contrato administrativo nº 005/2020, processo nº 72031.015148/2020-44, celebrado entre a União (Ministério do Turismo) e a AGE, em sua cláusula segunda – da vigência, conforme demonstrado a seguir:

Passivo Circulante

	2021	2020
Obrigações por Repasses - FINEP	347	347
Obrigações por Repasses – BNB	151	151
Obrigações por Repasses – FUNGETUR	10.000	-
	10.498	498

Exigível a Longo Prazo

	2021	2020
Obrigações por Repasses – FINEP	374	716
Obrigações por Repasses – BNB	172	319
Obrigações por Repasses – FUNGETUR	-	-
	546	1.035

- a) Os recursos do FINEP, são corrigidos pela TJLP, e apresentaram garantias de imóveis/máquinas.
- b) Os recursos do BNB, são PRE – Fixados e apresentaram garantias reais de painéis solares.
- c) Os Recursos do FUNGETUR são corrigidos pela SELIC

8. Outras Obrigações - Diversas

Em seu maior valor, compreende dotação em dinheiro depositado no Banco do Brasil S/A para aumento de Capital Social, creditado à instituição pelo seu maior acionista (Governo do Estado de Pernambuco), aguardando aprovação do Banco Central do Brasil para incorporação (nota 8). Outras obrigações existentes, constituídas das provisões das despesas administrativas do mês de dezembro/2021 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 dos funcionários e Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do exercício, provisão ordenado e outros credores.

	dez/21	dez/20
Dotação para Aumento de Capital	19.400	6.500
Provisão Outras Despesas Administrativas	435	230
Provisão de Ordenado, Férias e Encargos	428	386
Provisão P/ Passivos Contingentes	184	-
Credores Diversos	1.335	670
TOTAL	21.782	7.786

9. Patrimônio Líquido

9.1 - Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 78.310 (mil), representado por 77.254.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Conforme liberalidade prevista no art. 10º. do Estatuto Social da empresa, em 17 de dezembro de 2021, em ata do Conselho de Administração-CONAD, foi deliberado aumento de Capital Social até o limite do capital autorizado de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Quadro de acionistas está assim constituído (em Reais 1,00):

Acionistas	2021		2020	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Estado de Pernambuco	77.900.000	99,43%	71.400.000	99,43%
AD DIPER	350.000	0,49%	350.000	0,49%
SINDUSGESSO	50.000	0,07%	50.000	0,07%
FEMICRO	10.000	0,01%	10.000	0,01%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
Total	78.310.010	100,00%	71.810.010	100,00%

9.2 – Evento subsequente – Aumento de Capital

Em Ata de reunião do Conselho de Administração (CONAD), datado de 17/12/2021, foi colocado e aprovado a apresentação da proposta de aumento de capital da Companhia, através da emissão de até o limite de 19.400.000 (dezenove milhões e quatrocentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, garantido aos acionistas, o direito de preferência à subscrição de novas ações, devendo ser exercido dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação oficial.

A título de EVENTO SUBSEQUENTE ao balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2021, através de nova reunião extraordinária do CONAD, datada de 21/01/2022, foi homologado a integralização e subscrição das 19.400.000 (dezenove mil e quatrocentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal pelo acionista Governo do Estado de Pernambuco, no valor total de R\$ 19.400 (mil), estando no aguardo da homologação pelo Banco Central do Brasil.

10. Despesa de Pessoal e Honorários

	2º Sem. 2021	2021	2020
Honorários	421	754	885
Alimentação	485	842	647
FGTS	145	257	237
INSS	484	850	819
Ordenados e Repre	1.305	2.353	1.880
Férias	179	294	334
13º Salário	134	244	218
Outras	51	92	70
	3.204	5.686	5.090

11. Outras Despesas Administrativas e tributárias

	2º Sem. 2021	2021	2020
Manutenção e Conservação	40	83	83
Processamento de Dados	181	203	81
Publicações	71	192	107
Serviços de Terceiros	164	315	227
Serviços Técnicos Especializados	-	29	482
Aluguéis	282	474	338
Comunicação	110	171	108
Serviços Sistema Financeiro	133	266	205
Água, Energia e Gás	53	90	41
Tributárias e Outras	167	250	217
	<u>1.201</u>	<u>2.073</u>	<u>1.891</u>

12. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos da AGE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 3721/2009, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

b) Risco de Mercado

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

c) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº. 3.380/2006.

Márcio Stefanni Monteiro Morais
Diretor Presidente

Edilberto Xavier de Albuquerque Junior
Diretor de Operações

Eduardo Luiz Almeida de Queiroz
Diretor Financeiro e de Planejamento e Controle

Renata Kosminsky
Diretora Administrativa

Teótimo Soares de Almeida
Contador-CRC/PE nº 022.654/O-0